

Livro Aberto: Os livros da vida da processualista Ada Pellegrini Grinover

**Depoimento concedido a Livia Scocuglia e Elton Bezerra*

Spacca

Eu sempre li muito. Nasci em Nápoles, na Itália, em 1933, e passei o período de guerra lá. Meu pai era Ministro da Fazenda de Benito Mussolini. Mudamos de cidade várias vezes: Bréscia, Roma, Veneza, Milão, Áustria — sempre acompanhando os movimentos da República Social Italiana.

Os livros, nessa época, eram o grande pesadelo de minha mãe. Quando mudávamos de cidade, a primeira coisa que tínhamos que fazer era empacotar os volumes. Meu pai sempre trazia novas obras para a grande biblioteca de casa.

Tive uma infância boa, graças à calma de meus pais. Uma das cidades em que vivi boa parte da infância, a Bréscia, era alvo constante de bombardeios. Não eram poucas as vezes que as escolas fechavam e tínhamos aulas na casa dos professores, que ficavam afastadas do centro. Quando criança, segui uma literatura mais romântica. Nessa época li os clássicos italianos e franceses como *Os Três Mosqueteiros*, de Alexandre Dumas; *Os Noivos* e outras tantas obras de Alessandro Manzoni.



Fiz o ginásio em Roma. Tinha aula de latim e grego. Comecei a me interessar por filosofia. Gostava muito de Immanuel Kant com a *Crítica da Razão Pura*. Além disso, a mitologia grega e romana me encantava. Mais tarde, me interessei pelo existencialismo de Sartre, e pelos livros de Simone de Beauvoir, os primeiros feministas. Eu lia um pouco de tudo. Com esses autores e livros fui formando minha cultura, sempre de forma eclética. Quase todos esses livros estavam na biblioteca de meu pai.

Quando o fascismo caiu, meu pai se apresentou aos comandos italianos. Ele foi preso e processado por colaborar com os alemães. Um tempo depois, em uma fuga facilitada pelos frades franciscanos no Palácio de Justiça, local onde ele estava preso, meu pai se viu livre. Fomos para Roma. Ele temia que a família fosse pega para obrigá-lo a se apresentar.

Eu estudei usando nome falso durante dois anos. Até que meu pai foi reabilitado. Mas, com a perseguição política, ele decidiu mudar para o Brasil.

Aos 17 anos eu chegava ao Brasil para me adaptar a um país novo e a uma língua nova. Lembro-me de ter lido *E o Vento Levou* [de Margaret Mitchell], depois que o filme já tinha estreado nos cinemas. Logo



percebi as diferenças entre meus países: a juventude da Itália era mais séria, mais madura, até porque tinha vivido uma guerra. No Brasil, as meninas eram mais fúteis, alegres e pensavam em namorados e roupas. Entendi também que no Brasil havia mais liberdade nas famílias, embora eu nunca houvesse sido reprimida na minha casa. As escolas aqui também eram mais leves.

Fui matriculada no Colégio Dante Alighieri, e conheci os livros de Machado de Assis, Eça de Queiroz e Jorge Amado. Logo me integrei na leitura de obras brasileiras e portuguesas. Na época, li muito as poesias de Vicente de Azevedo.

Em 1953, quando prestei vestibular, sabia mais latim do que o professor. Passei na prova para a faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Posso ter tido a influência de meu avô, pai e irmão, todos formados em Direito, mas logo que ingressei na faculdade me apaixonei pelas aulas.

Nessa época, me interessei pelas leituras de Montesquieu, Rousseau e Franklin Roosevelt com os direitos sociais dos Estados Unidos, e pela literatura italiana posterior à Segunda Guerra, que era muito crítica ao fascismo. Ainda na faculdade, me interessei pelo Processo Civil, com as aulas do professor Luis Bueno Vidigal, e li muitas obras jurídicas. Minha formação crítica é resultado de um conjunto de conhecimentos e da evolução do meu próprio pensamento e posições.

Entrei na faculdade durante o governo de Getúlio Vargas [1951-1954]. Os estudantes de Direito se mobilizavam para pedir a sua renúncia. Em casa, meu pai simpatizava com Vargas, mas, na faculdade, eu participava de todo o movimento contra ele. Organizamos uma viagem para o Rio de Janeiro para pedir a renúncia, eu não ia, não podia fazer essa desfeita com meu pai, mas participei de toda a organização. Na noite em que o ônibus, cheio de estudantes, finalmente partiria, recebemos a notícia de que Vargas havia se suicidado.

Casei-me em 1959, antes da formatura. Em 1961, tive meu primeiro filho. Só retomei os estudos mais tarde, quando meu filho já estava maior. Nesse meio tempo, fui trabalhar na SulAmérica Terrestres Marítimos e Acidentes, primeiro como assistente e depois como advogada. Nessa fase, um livro simbólico foi *Em Busca do Tempo Perdido* de Marcel Proust.

Em 1967, entrei para a pós-graduação na USP. Descobri que a primeira tese de doutorado sobre Processo Civil pelos novos estatutos foi a minha. Junto com os estudos e o começo de minha carreira na livre docência, veio o interesse por Antropologia Cultural, e pelos livros do nosso Darcy Ribeiro. Nessa trilha, comecei a dar aulas na Pontifícia Universidade Católica.

Vivíamos a ditadura militar no Brasil. E eu ensinava Direito Processual em uma universidade católica. Foi uma época de mudanças constitucionais. Em sala de aula, eu não criticava abertamente porque havia censura sobre o ensino. Muitos professores foram cassados. A título de crítica subliminar eu comparava com os alunos a Constituição de 1946, democrática, com as Cartas de 1967 e 1969. O objetivo era mostrar as diferenças e, indiretamente, criticar as novas instituições.

Entrei na PUC para fazer um seminário sobre liberdade de manifestação de pensamento na literatura. Então, tudo aquilo que havia sido censurado antigamente, eram leituras para meus alunos. A censura chamava essas obras de pornográficas. Os alunos se divertiam lendo as obras de Henry Miller e o livro



Cândido, de Voltaire. E eu, como sempre me interessei por cultura, mesmo antes da ditadura, li muito as obras teatrais de Augusto Boal.

Ingressei na livre docência, e depois prestei o concurso de professor adjunto de Direito Processual Civil e do Estado, além do concurso de professor titular de Processo Penal. Quando concorri para ser titular, fui acusada de plágio. Éramos dois candidatos. Foram dois anos muito duros, com a Congregação analisando se havia plágio ou não. Minhas citações na tese vinham sem aspas, somente com nota de rodapé onde eu informava minhas fontes. A Congregação aceitou minha tese e passei no concurso. Em 1980, ganhei meu título. Assumi as turmas de Direito Constitucional da USP. E continuo lá até hoje. Fui aposentada compulsoriamente, mas permaneço ministrando aulas na graduação e na pós-graduação de direito processual.

A literatura continua sendo minha paixão. Ainda sou uma devoradora de livros. Hoje, dou preferência à literatura policial e aos livros de Philippe Claudel que são muito bonitos. Além é claro das literaturas francesa e italiana.